REQUERIMENTO N° , DE 2017 (Do Sr. Aureo)

Requer a realização de Audiência Pública, para debater as providências já tomadas e as ainda pendentes por parte das empresas envolvidas no caso da Barragem da Samarco, em Mariana/MG.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública para debater sobre as providências já tomadas e as ainda pendentes por parte das empresas envolvidas no caso da Barragem da Samarco, em Mariana/MG.

Requeremos ainda que sejam convidados para essa Audiência Pública as seguintes pessoas e autoridades:

- Roberto Lúcio Nunes de Carvalho, Diretor-Presidente interino da Mineradora Samarco, Vale e BHP Billiton;
- Roberto Waack, Diretor-presidente da Fundação Renova;
- **Suely Araújo**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente IBAMA;
- **Victor Hugo Froner Bicca**, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM;
- José Adércio Leite Sampaio, Eduardo Aguiar, Jorge Munhós e Eduardo Santos de Oliveirado, Procuradores da República no Estado de Minas Gerais; e
- **Thiago Alves**, Coordenador Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens MAB/MG.

Em 5 de novembro de 2017, completam-se <u>dois anos do desastre</u> de Mariana. Para aqueles que viveram o episódio, ele não se resume àquele trágico dia, mas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS

a todos que se sucederam até o momento, pois vidas foram transformadas. Assim, durante o debate, propomos enfrentar os itens listados abaixo, dentre outros assuntos, que impactam diretamente no desenvolvimento regional, comércio e indústria.

- Os critérios de indenização às vítimas do rompimento da barragem;
- -A realocação dos cerca de 1.500 desabrigados;
- -A questão do abastecimento de água na região atingida e as medidas tomadas;
- -O impacto sobre as atividades econômicas da região, principalmente a pesca, a agricultura e o turismo;
 - -A discriminação sofrida pelas vítimas;
 - -O desemprego gerado pela tragédia;
 - -O andamento dos processos de responsabilização; e
 - -A questão das vítimas "não reconhecidas" pela mineradora.

JUSTIFICAÇÃO

O desastre ocorrido após o colapso da barragem de Fundão, de responsabilidade da Mineradora Samarco, na cidade histórica de Mariana (MG), foi o maior do gênero na história, e foi responsável pelo lançamento, no meio ambiente, de cerca de 40 milhões de m³ de lama contaminada, dejetos advindos da produção de minério de ferro.

Segundo os órgãos oficiais, 663 quilômetros de rios e córregos foram atingidos; 1.469 hectares de vegetação, comprometidos; 207 de 251 edificações foram destruídas apenas no distrito de Bento Rodrigues. De acordo com o Ibama, das mais de 80 espécies de peixes apontadas como nativas antes da tragédia, 11 estão classificadas como ameaçadas de extinção e 12 existiam apenas lá.

Além dos impactos ambientais, a catástrofe comprometeu o abastecimento de água da região e deixou mais de 600 famílias desabrigadas, tendo sido confirmadas mortes de 19 pessoas.

Após um ano do desastre, no final de 2016, a ONU divulgou um comunicado assinado por especialistas afirmando que as medidas tomadas pelas autoridades e as mineradoras envolvidas na tragédia "não correspondem à dimensão do

desastre e às consequências socioambientais, econômicas e de saúde". O documento critica também a falta de providências em relação à situação das comunidades indígenas e ribeirinhas ao longo da Bacia do Rio Doce, atingidas pelo desastre, e diz que o Governo ainda não providenciou provas de que a qualidade da água dos rios da região é suficiente para o consumo humano.

Ao se aproxima o aniversário de dois anos do trágico acidente, o programa "Bom dia Brasil", da Rede Globo, apresenta reportagem sobre o tema, que transcrevo trechos abaixo:

DRAMA DA LAMA

Percorremos o Rio Doce da nascente até a foz. De rio, são 853 quilômetros, mas de carro é outra história. Como as estradas fazem curva e não acompanham a água, rodamos mais de dois mil quilômetros passando por mais de 20 cidades. Todo dia um lugar diferente, uma cama diferente. A onda de lama da Samarco varreu o Rio Doce e arrasou milhares de vidas. Interrompeu histórias, destruiu planos, inviabilizou o sustento pelo trabalho, gerou desemprego, solidão, incerteza. Encontramos todos ingredientes nas falas de dezenas de pessoas impactadas pela mineradora com as quais conversamos ao longo de 16 dias em todos os trechos do rio. São agricultores sem terra, pescadores impedidos de pescar, adultos segregados, comerciantes falidos. O processo criminal, que corria contra os executivos, foi interrompido e suspenso pelo juiz Jacques de Queiroz Ferreira, da Justiça Federal de Ponte Nova. Foi constituída uma fundação para reparar os danos do desastre, a Renova, empresa irmã da Samarco, controlada pelos mesmos donos, Vale e BHP. Apesar de a previsão de entrega da nova cidade de Bento Rodrigues ser para 2019, a obra não começou. A Renova diz que tudo será entregue nos prazos previstos e que depende de licenças de órgãos governamentais. Paracatu de Baixo sequer tem um terreno escolhido. Os atingidos vivem uma espera sem fim, e seus dramas aumentam a cada dia.

Fonte: http://especiais.g1.globo.com/bom-dia-brasil/2017/rio-doce-da-nascente-a-foz/

Dessa forma, achamos necessário o acompanhamento do Congresso Nacional sobre esta questão, e em especial dessa Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para garantir a reparação dos danos ambientais e matérias das comunidades envolvidas, além de buscar, pela via legislativa, práticas de produção que previnam novas ocorrências como esta.

Pelo exposto, requeiro nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a

aprovação do presente Requerimento para discutir os impactos no desenvolvimento regional, comércio e indústria daquela região.

Sala das Comissões,

de setembro de 2017.

Deputado **AUREO** (Solidariedade/RJ)